



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº. : 15374.000423/99-71
Recurso nº. : 136.523 – EX OFFICIO
Matéria : IRPJ E OUTROS - Ex: 1996
Recorrente : 2ª TURMA - DRJ no RIO DE JANEIRO - RJ
Interessada : CATERAIR SERVIÇOS DE BORDO E HOTELARIA S/A
Sessão de : 20 de outubro de 2004
Acórdão nº. : 101-94.724

RECURSO “EX OFFICIO” – IRPJ – PASSIVO NÃO COMPROVADO – IMPROCEDÊNCIA - Devidamente fundamentada nas provas dos autos a insubsistência das razões determinantes de parte da autuação, é de se negar provimento ao recurso necessário interposto pelo julgador “a quo” contra a decisão que dispensou parcela do crédito tributário da Fazenda Nacional.

TRIBUTAÇÃO DECORRENTE – PIS – COFINS – IRRF – CSLL – Em se tratando de exigência fundamentada na irregularidade apurada em procedimento fiscal realizado na área do IRPJ, o decidido naquele lançamento é aplicável, no que couber, aos lançamentos conseqüentes na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar conclusão diversa.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso “ex officio” interposto pela 2ª TURMA DE JULGAMENTO DA DRJ NO RIO DE JANEIRO - RJ.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTONIO GADELHA
PRESIDENTE

MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR
RELATOR

FORMALIZADO EM: 22 NOV 2004

PROCESSO Nº. : 15374.000423/99-71
ACÓRDÃO Nº. : 101-94.724

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros VALMIR SANDRI, SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, PAULO ROBERTO CORTEZ, SANDRA MARIA FARONI, CAIO MARCOS CÂNDIDO e ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO.

Two handwritten signatures are present. The first signature on the left is a stylized 'W' or 'V' shape. The second signature on the right is a more fluid, cursive 'O' or 'G' shape.

PROCESSO Nº. : 15374.000423/99-71
ACÓRDÃO Nº. : 101-94.724

Recurso nº. : 136.523 – EX OFFICIO
Recorrente : 2ª TURMA - DRJ no RIO DE JANEIRO - RJ

RELATÓRIO

A Egrégia 2ª Turma de Julgamento da DRJ no Rio de Janeiro - RJ, recorre de ofício a este Colegiado contra o Acórdão nº 00188, de 21/02/2002, fls. 191/198, que julgou parcialmente procedente o crédito tributário consubstanciado nos Autos de Infração de IRPJ, fls. 40; PIS, fls. 44; COFINS, fls. 49; IRFONTE, fls. 53; e CSLL, fls. 57.

Consta no Termo de Verificação Fiscal, as seguintes irregularidades fiscais:

“1 – OMISSÃO DE RECEITAS – PASSIVO FICTÍCIO

Omissão de Receita Operacional, caracterizada pela manutenção, no passivo, de obrigação incomprovada, conforme descrito no Termo de Constatação Fiscal, em anexo.

Enquadramento Legal: Artigos 197, parágrafo único; 226; 228; 195, inciso II, e 230 do RIR/94.

2 – AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO – EXCLUSÕES INDEVIDAS

Redução indevida do lucro real em virtude da exclusão de valores, a título de “Outras Exclusões conforme LALUR”, sem que o contribuinte tenha comprovado a legalidade da mesma pois, mesmo após intimado, não apresentou o LALUR à Fiscalização, conforme descrito no Termo de Constatação Fiscal em anexo.

Enquadramento Legal: Artigos 193; 196, inciso I; 197, parágrafo único do RIR/94.”

Tempestivamente a contribuinte insurgiu-se contra a exigência, nos termos da impugnação de fls. 62/74.

A Turma de Julgamento de primeira instância decidiu pela procedência parcial do lançamento, conforme acórdão citado, cuja ementa tem a seguinte redação:

GD *W*

“IRPJ

Ano-calendário: 1995

OMISSÃO DE RECEITA. PASSIVO FICTÍCIO – Comprovadas as obrigações constantes no passivo, descabe a autuação.

EXCLUSÕES AO LUCRO LÍQUIDO – Procede o lançamento sobre valores incomprovados e excluídos do lucro líquido para fins de apuração do lucro real.

RECONSTITUIÇÃO DE SALDO DE PREJUÍZO FISCAL – Tendo a fiscalização apurado valores que deveriam ter composto o lucro real, cabe a retificação do saldo de prejuízos fiscais compensáveis.

Outros Tributos e Contribuições

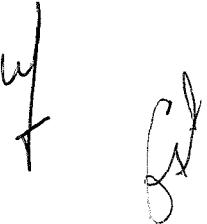
Ano-calendário: 1995

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS, COFINS, CSLL E IRRF. DECORRÊNCIA – À falta de elemento relevante, aplica-se a mesma decisão apostila naquele tributo do qual os demais foram tomados por reflexividade.

Lançamento Procedente em Parte”

Nos termos da legislação em vigor, o Colegiado de primeira instância recorreu de ofício a este Conselho.

É o Relatório.



V O T O

Conselheiro MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, Relator

Recurso assente em lei (Decreto nº 70.235/72, art. 34, c/c a Lei nº 8.748, de 09/12/93, arts. 1º e 3º, inciso I), dele tomo conhecimento.

Como se depreende do relatório, tratam os presentes autos, de recurso de ofício interposto e. 2ª Turma de Julgamento da DRJ no Rio de Janeiro - RJ, contra o Acórdão nº 00188, de 21/02/2002, que manteve parcialmente a exigência tributária constituída contra a interessada.

A parcela excluída pela decisão recorrida, diz respeito ao item relativo ao passivo não comprovado, o qual a fiscalização considerou como omissão de receitas em 31/12/95, no valor de R\$ 6.338.600,00, de acordo com o disposto no art. 288, parágrafo único, alínea "b", do RIR/94.

Por ocasião da defesa em primeira instância, a contribuinte anexou aos autos os documentos de fls. 78/181, os quais fazem prova da origem dos empréstimos obtidos e registrados na conta do passivo exigível a longo prazo.

Ao apreciar a matéria, o ilustre relator do acórdão recorrido manifestou-se no sentido de excluir da exigência a citada infração, sob os seguintes argumentos:

"Passivo não comprovado.

Os documentos de fls. 78/181 comprovam a existência das obrigações contabilizadas a longo prazo por conta de empréstimos obtidos junto a empresas ligadas, conforme fls. 32. Se alguma dúvida resta, esta seria relativa ao montante de variação passiva apropriada, passível de verificação. Porém, a autuação não versou sobre este tema. Assim, descabe a autuação e voto pela improcedência deste item no lançamento de IRPJ e das autuações de PIS, COFINS, IRRF e CSLL."

PROCESSO Nº. : 15374.000423/99-71
ACÓRDÃO Nº. : 101-94.724

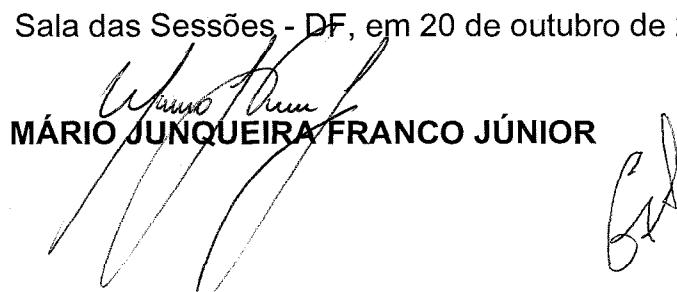
Como visto acima, a decisão recorrida está devidamente motivada e aos seus fundamentos de fato e de direito não merecendo reparos.

TRIBUTAÇÃO DECORRENTE – PIS – COFINS – IRRF – CSLL

Em se tratando de exigência fundamentada na irregularidade apurada em procedimento fiscal realizado na área do IRPJ, o decidido naquele lançamento é aplicável, no que couber, aos lançamentos conseqüentes na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar conclusão diversa.

Nessas condições, voto no sentido de negar provimento ao recurso de ofício interposto.

Sala das Sessões - DF, em 20 de outubro de 2004


MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR